

SUMÁRIO

Adilson Abreu Dallari

Os bancos oficiais e a livre concorrência 1

Alice Bianchini

Regime especial de acumulação de cargo, emprego ou função
na esfera do legislativo municipal 15

Antonio Carlos Wolkmer

Dimensões políticas e sociais do texto constitucional de 1934. 33

Antonio Herman Benjamin

A natureza no Direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. 49

Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard

A cláusula geral da função social do fato do serviço público como
fundamento do dever de responsabilidade objetiva do Estado
Democrático de Direito 69

Aurélio Wander Bastos

A OAB e o Ideário do Ensino Jurídico: homenagem
a Paulo Henrique Blasi. 85

Carlos Ari Sundfeld e Jacintho Arruda Câmara

O cabimento da arbitragem nos contratos administrativos. 109

Carlos Ayres Britto

O ato das disposições transitórias na Constituição brasileira
de 1988: breves notas 121

Celso Antônio Bandeira de Mello

O princípio da responsabilidade do Estado e sua fisionomia no
direito brasileiro 129

Christine Oliveira Peter da Silva

Do princípio da legalidade ao princípio da constitucionalidade:
o papel do STF no Estado Constitucional de Direito 143

Clovis Beznos

A participação dos servidores na arrecadação tributária, por simetria
ou analogia com o disposto no art. 7º, inciso XI, da Constituição
da República 161

<i>Diogenes Gasparini</i>	
Direito de superfície no Estatuto da Cidade	185
<i>Diogo de Figueiredo Moreira Neto</i>	
O paradigma do resultado	215
<i>Ela Wiecko V. de Castilho e Manoel Lauro V. de Castilho</i>	
A diversidade cultural no conceito constitucional de meio ambiente	229
<i>Fernanda Marinela de Sousa Santos</i>	
Concursos públicos – acessibilidade e grandes polêmicas	251
<i>Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho</i>	
As relações virtuais e a necessidade de uma interpretação sistêmica no direito público	291
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	
Algumas notas sobre o direito à (proteção da) moradia e o Supremo Tribunal Federal	303
<i>Jaime Ramos</i>	
Exigência de má-fé para caracterização dos atos de improbidade administrativa do art. 11 da Lei n. 8.429/9.	329
<i>João Henrique Blasi</i>	
Decadência administrativa e poder de autotutela Estatal	347
<i>Joel de Menezes Niebuhr</i>	
Aspectos destacados sobre as exigências de atestados de capacidade técnica em licitação pública	357
<i>José Alcebiades de Oliveira Junior</i>	
Mitos Administrativos: alguns pressupostos	377
<i>José dos Santos Carvalho Filho</i>	
Políticas públicas e pretensões judiciais determinativas	389
<i>José Isaac Pilati</i>	
A dimensão do público na antiguidade: reflexão pós-moderna	403
<i>José Renato Nalini</i>	
A importância do marco regulatório para o setor de transporte de passageiros. Concessões, permissões, equilíbrio econômico financeiro, agências reguladoras, parcerias público privadas	417
<i>José Rubens Morato Leite e Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira</i>	
As novas funções do Direito Administrativo em face do Estado de Direito Ambiental	429

Juarez Freitas

- Princípio da precaução e o direito fundamental à boa
Administração Pública 449

Lédio Rosa de Andrade e Léo Rosa de Andrade

- Combate à corrupção e imagem institucional 467

Leilane M Zavarizi da Rosa

- Uma reflexão acerca do que se poderia definir como o
desenvolvimento da maturidade administrativa 487

Lenio Luiz Streck

- O ensino jurídico e a Pós-Graduação: o olhar prospectivo
de Paulo Henrique Blasi 499

Leonel Severo Rocha

- Uma nova forma para a observação do Direito globalizado:
policontextualidade jurídica e Estado Ambiental 517

Luiz César Medeiros

- Lei de improbidade administrativa: a possibilidade da gradação
na aplicação das sanções 539

Luiz Fernando Coelho

- Planejamento constitucional e Direito Administrativo 553

Marcelo Buzaglo Dantas

- Reflexões acerca de alguns institutos do
direito ambiental à luz do Direito Administrativo:
convergências e divergências. 583

Maria Sylvia Zanella di Pietro

- Discricionariedade técnica e discricionariedade administrativa 605

Moacir Pereira

- A autonomia municipal e a democracia social. 627

Odete Medauar

- A força vinculante das diretrizes da política urbana 641

Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

- A Administração Pública e a modernização do processo licitatório
através do pregão eletrônico 651

Paulo Roney Ávila Fagundes

- O novo Direito Administrativo: do processo de ocidentalização
da China ao sistema multiportas 673

Quitéria Tamanini Vieira Péres

- O princípio da moralidade como elemento norteador da
configuração do nepotismo na Administração Pública 701

<i>Roberto Rosas</i>	
Do abuso do direito ao abuso do poder	717
<i>Rodrigo Galvão</i>	
Democracia, processo administrativo e direitos fundamentais.	725
<i>Rodrigo Valgas dos Santos</i>	
Direito de construir em face de normas urbanísticas supervenientes	741
<i>Romeu Felipe Bacellar Filho</i>	
O contrato administrativo no Brasil	767
<i>Rui Stoco</i>	
A responsabilidade subjetiva do Estado por comportamentos omissivos	785
<i>Ruy Samuel Espíndola</i>	
Princípios constitucionais e atividade jurídico-administrativa: reflexões contemporâneas.	795
<i>Sergio Cademartori</i>	
Controle da administração e legitimização judicial garantista.	827
<i>Sergio Ferraz</i>	
Constituição e economia: um estudo de caso (Shopping Center: cláusula de raio)	845
<i>Ubaldo Cesar Balthazar</i>	
Tributação extrafiscal como fator de mudança social	871
<i>Volnei Ivo Carlin</i>	
Os mecanismos de concreção dos princípios no âmbito do Direito Administrativo	893